



CAPITAL DO FEIJÃO  
**REPUBLICADO**

*Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná*  
ESTADO DO PARANÁ

**DECRETO Nº 6694/2025**

**Institui a Cronologia de Pagamentos no âmbito da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, alinhada aos Manuais de Execução Orçamentária e de Restos a Pagar, e dá outras providências.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, **GERSO FRANCISCO GUSSO**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de padronização, controle, transparência e conformidade na execução de pagamentos públicos,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica instituída a **Cronologia de Pagamentos** no âmbito da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, como instrumento de planejamento, registro, controle e acompanhamento das obrigações financeiras do Município, **em conformidade com os procedimentos previstos no Manual de Execução Orçamentária e de Restos a Pagar.**

**Art. 2º** A Cronologia de Pagamentos tem por finalidade:

- I – registrar de forma ordenada e cronológica todas as despesas públicas do Município;
- II – assegurar a compatibilidade e integração com os registros contábeis previstos nos Manuais de Execução Orçamentária e de Restos a Pagar;
- III – facilitar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira pelos órgãos de controle interno e externo;
- IV – subsidiar decisões sobre programação de pagamentos, adiantamentos, liquidações e quitação de restos a pagar.

**Art. 3º** A Cronologia de Pagamentos deverá:

- I – incluir todos os pagamentos a fornecedores, servidores, prestadores de serviços, obrigações legais e demais despesas públicas;
- II – detalhar, no mínimo, os seguintes campos:
  - a) Data do pagamento;
  - b) Valor;
  - c) Fonte de recurso;
  - d) Programa, ação e natureza da despesa;
  - e) Número do empenho e tipo de documento;
  - f) Setor responsável pelo pagamento;
- III – contemplar os registros de restos a pagar, empenhos não liquidados e eventuais ajustes de exercícios anteriores;
- IV – ser atualizada diariamente e disponibilizada para consulta pelos setores de contabilidade e finanças, garantindo a consistência com os manuais de execução.

**Art. 4º – Hipóteses Legais de Alteração Justificada da Ordem Cronológica**

A alteração da ordem cronológica somente poderá ocorrer nas hipóteses do art. 141, §1º da Lei 14.133/2021:

- I – grave perturbação da ordem pública;
- II – calamidade pública;



CAPITAL DO FENIÃO

*Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná*  
ESTADO DO PARANÁ

- III – emergências que possam causar prejuízo significativo à Administração;
  - IV – pagamentos de pequeno valor cujo atraso ocasione danos relevantes;
  - V – despesas essenciais para manutenção de serviços públicos essenciais;
  - VI – outras situações justificadas tecnicamente, com parecer do **Controle Interno**.
- Parágrafo único. Toda alteração deverá ser **formalmente motivada**, juntada ao processo e disponibilizada no sítio eletrônico oficial.

**Art. 5º – Fluxo e Responsáveis pela Alteração da Ordem Cronológica**

- I – A unidade requisitante identifica a necessidade de alteração e elabora justificativa;
- II – O setor Financeiro analisa a solicitação e avalia consistência orçamentária e financeira;
- III – O Controle Interno emite parecer sobre a legalidade e adequação da justificativa;
- IV – O Secretário de Fazenda decide sobre a aprovação da alteração;
- V – A decisão é registrada no sistema oficial e encaminhada para **publicação mensal** no portal.

**Art. 6º – Transparência e Publicação Oficial**

§1º O Município deverá **publicar mensalmente**, no sítio eletrônico oficial:

- I – a ordem cronológica completa;
- II – a lista de pagamentos realizados em cada mês;
- III – as justificativas de todas as alterações aprovadas;
- IV – os processos administrativos vinculados às alterações.

§2º As informações deverão permanecer disponíveis para consulta pública por, no mínimo, **5 anos**.

**Art. 7º** O Secretário Municipal de Fazenda é responsável pela supervisão, atualização, consolidação e publicação periódica da Cronologia de Pagamentos, podendo editar instruções complementares para a correta aplicação deste Decreto e alinhamento com os Manuais de Execução.

**Art. 8º** Este Decreto surtirá seus efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 24 de novembro de 2025.**

  
**Gerson Francisco Gusso**

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM:  
25/11/2025  
Jornal ANP  
Página 556  
Edição 3413  
Karine  
Ass. Responsável